

DISLEXIA E A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Kátia Maria de Aguiar Freire¹

Maria Durciane Oliveira Brito²

Maria de Nazaré da Silva Souza³

RESUMO

O estudo promove uma discussão sobre o trabalho realizado pelos psicopedagogos com ênfase na educação de crianças disléxicas. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa buscou identificar as contribuições do trabalho realizado pelos psicopedagogos em função dos problemas de aprendizagem de crianças com dislexia. Os específicos intentaram conhecer a dislexia, compreender as dificuldades que as crianças disléxicas enfrentam, investigar a importância do acompanhamento psicopedagógico para as crianças disléxicas. A problemática que norteou o estudo ficou circunscrita a seguinte indagação: como o psicopedagogo pode contribuir com a educação de crianças disléxicas? A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, que através de livros, artigos e monografias, foi possível levantar dados e realizar a escrita. Com a investigação foi possível constatar que a dislexia pode ser uma vilã quando não diagnosticada e pode ser um elemento comum se tratada adequadamente, por isso, o trabalho do psicopedagogo em acompanhamento a essas crianças é imprescindível e necessário.

Palavras-chave: Dislexia. Psicopedagogia. Escola.

INTRODUÇÃO

Os problemas de aprendizagem são muito comuns no dia a dia de muitas crianças, desde muito cedo é possível perceber que algumas delas apresentam dificuldades motoras,

¹ Doutoranda em Ciências da Educação - UTIC- PY; Mestre em Ciências da Educação pela UTIC- PY ; Graduada em Pedagogia com Habilitação em Biologia pela UVA- CE, Especialista em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica ICSH; Psicopedagogia Clínica e Institucional/ Gestão e Supervisão Escolar, pelo INTA- CE. katiamfreire@gmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC- PY, Pedagoga pela UFPI- PI, Especialista em Língua Brasileira de Sinais INTA- PI; Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela UFPI - PI; Especialista em Educação Infantil pela ISEPRO- PI; Pós graduanda em Psicopedagogia pelo DEXTER - PI; Graduada em Letras Libras pela UNIASSELVI - PI. durciane@hotmail.com

³ Graduada em Letras Libras - UNIASSEL, Fana.zasilva@hotmail.com.

distúrbios psicossociais, deficiências, algumas problemas de saúde, imaturidade para desenvolver atividades simples, disgrafia, disortografias. Quando elas chegam ao ensino fundamental I, alguns desses problemas são sanados, outros são mais preocupantes.

É quando começam a ler e escrever que as crianças apresentam mais dificuldades, isso acontece que a escrita precede a leitura, já que na maioria das vezes, as crianças aprendem a tirar do quadro, mas isso não significa que saiba ler. Quando se trata de uma criança que tem dislexia, foco desse estudo, o aluno apresenta dificuldades reconhecer e organizar as letras em função da escrita correta, padrão.

Os professores, por não receberem formação complementar sobre os diversos tipos de problemas de aprendizagem e por se limitarem a ensinar dentro de um padrão, acabam por negligenciar as dificuldades dos alunos que apresentam dislexia. Sabe-se que não é um distúrbio fácil de ser tratado, mas merece atenção e cuidado.

Entende-se ainda, que a carga que o professor carrega é muito pesada, principalmente porque na sala de aula recebe alunos com diferentes problemas de aprendizagem, e por vezes, sente-se perdido, sem saber a melhor forma de ensinar, promovendo novas metodologias, afinando o olhar para a inclusão das crianças na perspectiva de uma educação plural.

Nesse sentido, o apoio psicopedagógico é de irrefutável valor, visto que, o trabalho desse profissional ajuda a diagnosticar os problemas que os alunos enfrentam, além de apontar ao professor caminhos possíveis para uma aprendizagem significativa. Embora, o psicopedagogo trabalhe na área clínica e institucional, a investigação em pauta promove uma discussão sobre a presença desse profissional dentro da escola, na perspectiva de contribuir com o trabalho do professor e com o desenvolvimento das crianças em geral.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa buscou identificar as contribuições do trabalho realizado pelos psicopedagogos em função dos problemas de aprendizagem de crianças com dislexia. Os específicos intentaram conhecer a dislexia, compreender as dificuldades que as crianças disléxicas enfrentam e investigar a importância do acompanhamento psicopedagógico para as crianças disléxicas.

A problemática que norteou o estudo ficou circunscrita a seguinte indagação: como o psicopedagogo pode contribuir com a educação de crianças disléxicas? Diante do exposto, entende-se que a psicopedagogia, por ser uma ciência aplicada colabora com questões pertinentes aos processos educativos, estabelecendo condições e conhecimentos por parte da psicologia da educação.

Quando se trata das crianças que possuem dislexia, o psicopedagogo pode apresentar, através do conhecimento sobre o problema, alternativas de aprendizagem, além de suscitar a



implementação de ações que colaborem com o processo inclusivo, levando em consideração que outras crianças podem não apresentar as mesmas dificuldades, mas, podem aprender juntas, de diferentes formas.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado através da pesquisa bibliográfica. Foram usados livros, artigos, monografias sobre o assunto. Cada parte do trabalho foi escrita na intenção de corresponder aos objetivos da investigação. Embora seja um estudo que não apresenta dados de campo, a investigação justifica-se por discutir as contribuições trazidas pela psicopedagogia para a educação de crianças com dislexia. O trabalho realizado por esses profissionais pode, sobremaneira, ajudar professores e alunos a desenvolverem práticas inclusivas e atividades de ensino-aprendizagem que solucione os problemas dentro da sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender o que significa dislexia, é necessário que se faça uma busca de significado, em termos gerais a palavra corresponde a língua latina com as sílabas “dis” e a língua grega com a palavra “lexia”, as duas juntas denotam dificuldade em ler as palavras. Embora muitos estudos tenham sido feitos sobre o assunto, apenas uma parcela pequena destes apresentam dados consistentes, indicando que entre 10 e 15% dos indivíduos do mundo possuem dislexia, apontando os meninos como principais sujeitos afetados, já que em cada 100 pessoas, 66% são do sexo masculino (HUSTON, 2004).

Muitas foram as rotulações, que durante anos acompanharam as pessoas que possuem dislexia, por isso, a maioria dos autores que estudam o assunto referem-se ao distúrbio como “dificuldades de aprender ou de aprendizagem”, ou mesmo tratam da questão apenas como dislexia. Por isso, na revisão de literatura, é perceptível o emprego técnico que os teóricos utilizam estabelecido em 1968 como primeiro conceito de dislexia, apresentando-o como:

Transtorno da aprendizagem da leitura que ocorre apesar de uma inteligência normal, da ausência de problemas sensoriais ou neurológicos. De uma instrução escolar adequada, de oportunidades socioculturais suficientes; além disso, depende de uma perturbação de aptidões cognitivas fundamentais, muitas vezes de origem constitucional (HOUT; ESTIENNE, 2001 p.20)

Foi nos Estados Unidos em 1960 que a dislexia foi instituída como transtorno da língua escrita. Como os processos históricos foram acontecendo, e novas pesquisas sendo feitas, a dislexia foi sendo compreendida de diferentes maneiras. No entanto, o conceito mais aceito por esses estudiosos foi o que descrevia a dislexia como um distúrbio neuropsicológico que se apresentava no período em que a criança começava a aprender conteúdos sistematizados, etapa em que é possível perceber as dificuldades que manifestam, como problemas de leitura e escrita (DROUET, 2001).

Se a dislexia é o resultado de problemas de leitura e escrita, ela está ligada a identificação dos signos e letras. Existe uma definição muito apropriada trazida pela Associação Brasileira de Dislexia promovida pela *Dyslexia Association* (1994) que define-a como

[...] um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico da linguagem, de origem constitucional, caracterizado pela dificuldade em decodificar palavras simples. Mostra uma insuficiência no processo fonológico. Essas dificuldades de decodificar palavras simples não são esperadas em relação a idade. Apesar de submetida a instrução convencional, adequada inteligência, oportunidade socio-cultural e não possuir distúrbios cognitivos e sensoriais fundamentais, a criança falha no processo de aquisição da linguagem. A dislexia é apresentada em várias formas de dificuldades com diferentes formas de linguagem, frequentemente incluídos problemas de leitura, em aquisição e capacidade de escrever e soletrar (MASSI, 2004, p. 22).

Para tanto, a dislexia é compreendida como um distúrbio que dificulta a aprendizagem de crianças, principalmente no processo de aquisição da leitura e escrita, onde elas não apresentam a mesma condição de aprendizagem que os colegas. Apesar de ser um distúrbio sério e que precisa ser tratado, muitas crianças que possuem dislexia conseguem se destacar em outras atividades.

Embora seja confundida por alguns professores e pais com atraso na aprendizagem, ela é diferente, pois ela é uma dificuldade que se não for tratada pode comprometer a vida toda de uma pessoa, já o atraso em aprender a ler ou escrever, pode ser resolvido com o passar do tempo, já que o tempo de aprender varia de criança para criança. Desse modo, ter um diagnóstico é imprescindível.

A troca de letras pelos alunos em fase de aquisição da escrita é bastante comum, por isso, o diagnóstico deve ser preciso e correto. Todavia, para esclarecer o assunto recorreu-se a alguns autores para compreender a melhor definição de dislexia.

Em 1913 James Hiranewood compreendia a dislexia como transtorno hereditário, que passava de pais para filhos. Embora esse pensamento tenha sido instaurado a muitos anos, nos dias atuais ainda existem profissionais que afirmam a teoria de Hiranewood, como por exemplo

os fonoaudiólogos, principalmente, por que em estudos atuais foi comprovado que a dislexia atinge mais meninos que meninas. Para eles, a genética pode ser responsável pelos problemas causados pela dislexia.

Já em 1978 Alan Levinten e Jane Schderan asseveraram que o distúrbio é uma desconexão entre o nível da leitura da criança e aquele que se espera pelo adulto, considerando que o adulto costuma estabelecer a idade correta para se aprender a ler e escrever. Tratando da situação histórico-social a que essas crianças são submetidas, principalmente em condições de pobreza, essa teoria não deve ser aplicada.

É indispensável conhecer essas teorias, para entender como foram pensadas as medidas para estabelecer um diagnóstico eficiente. E mesmo havendo discrepâncias quanto ao conceito de dislexia, em que muitos consideram advir de causa neurológica, enquanto outros afirmam ser dificuldade em aprender a ler e escrever, orientemo-nos pelo pensamento de Martins (2001) que é um dos mais atuais.

Dislexia é uma necessidade especial e uma criança com dislexia não é portadora de deficiência nem mental, física, auditiva, visual ou múltipla, bem como, também, não é uma criança de alto risco. Uma criança não é disléxica porque teve seu desenvolvimento comprometido em decorrência de fatores como gestação inadequada, alimentação imprópria ou nascimento prematuro. A dislexia tem um componente genético. Ser disléxico é condição humana (MARTINS, 2001, p.1).

Para tanto, entende-se que a dislexia não é uma doença, mas uma necessidade de aprendizagem especial que carece de atenção e cuidado. Como em alguns casos a dislexia apresenta-se com mais intensidade e outros com menos, é preciso conhecer suas peculiaridades. De acordo com Condemarin e Blomquist (1989, p.22), “a característica mais marcante do disléxico, seu sintoma mais notório é a acumulação e persistência de seus erros ao ler e escrever”.

As crianças com dislexia, em maioria sofrem com o processo de leitura e escrita, mesmo cada um tendo o seu tempo de aprender. Quando chegamos a fase adulta, conseguimos de forma simples transformar as palavras em sons, mas as crianças em processo de aprendizagem geralmente não tem essa facilidade, pois estão desenvolvendo aptidões e habilidades. Uma criança que não quer ler não deve ser julgada simplesmente pela recusa, deve-se perceber se o ensino recebido é suficiente.

Os alunos disléxicos, na maioria das vezes precisa de auxílios que ultrapassam as competências do professor. No entanto, a atenção dada pelo professor contribui para diagnosticar o problema e prevenir que os alunos sejam frustrados no processo. Já que no



processo de alfabetização, aqueles alunos que possuem dificuldades sofrem preconceito por parte de colegas, professores e familiares. Dessa forma, o diagnóstico é primordial, para que as pessoas envolvidas no processo saibam como lidar com as limitações da criança. Sobre isso, a Lei 9.394/96 em seu Art. 12 estabelece que o professor tem incumbências como:

I - Elaborar e executar sua Proposta Pedagógica; II- V- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. Art.13- A educação incumbir-se-ão de: III-Zelar pela aprendizagem dos alunos; IV-Estabelecer estratégia de recuperação para os alunos de menor rendimento. Art.23- A educação básica poderá organizar-se anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art.24- V, a) avaliação contínua e cumulativa; prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período (BRASIL, 1996, s/n).

Para ajudar os alunos, além de professores, colegas e pais, existem também profissionais capacitados como é o caso dos psicopedagogos que atuam na intensão de contribuir com os problemas de aprendizagem das crianças em processo de educação escolar. Esses profissionais podem ajudar a criança a aprenderem mecanismos para diferenciar as letras, já que crianças disléxicas fazem confusão entre letras, palavras e até sílabas, trocam palavras simples com diferenças de grafia: a-o; c-o; e-c; f-t; h-n; i-j; m;n; v-u. Com diferença no espaço: b-d; b-p; b-q; d-b; d-q; n-u; w-n; a-e. letras com sons parecidos: d-t; j-x; c-g; m-b-p; v-f. Convertimento de sílabas: me-em; sol-los; som-mos; sol-los; pal-pla. Elas também fazem substituição de palavras com significados diferentes: soltou/salvou; era/ficava. Pular uma linha ou retroceder, repetições de palavras, soletração imperfeita, lentidão para ler e escrever (CONDEMARIN; BLOMQUIST, 1989).

Geralmente a parte emocional de uma criança dislexia é afetada quando ela fracassa na escola, os sintomas mais comuns são: tristeza, ficam atitudes depressivas e agressivas com professores e colegas, autoestima baixa. Desse modo, a escola precisa ampliar suas concepções pedagógicas sobre o tema e difundir-lo entre os profissionais que atua dentro ela.

É necessário que a escola seja o espaço onde aprendizagem seja mais importante que dificuldades e que o aluno com necessidades especiais se sinta tão parte dela como os demais. A inclusão deve acontecer em todos os espaços da mesma e se impregnar na prática dos profissionais que fazem parte da instituição de ensino. Nesse sentido, o trabalho de um psicopedagogo dentro da escola, além de ser um diferencial é indispensável para auxiliar professores e alunos durante o processo de ensino-aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A psicopedagogia não é um campo antigo de investigação, mas atual. A mesma surgiu da necessidade de encontrar respostas sobre a aprendizagem dos alunos em processo de ensino e aprendizagem. Além de funcionar como prática preventiva, a psicopedagogia também se estabelece como atividade terapêutica para diminuir os problemas de aprendizagem e com isso o fracasso escolar.

Na maioria das vezes, os alunos que são atendidos pelos psicopedagogos apresentam sintomas como o desinteresse em ler e escrever, falta de atenção, desequilíbrio emocional, hiperatividade, dislexia, discalculia, etc. o trabalho realizado por esse profissional visa melhorar o desempenho da criança, e nesse processo, o mesmo leva em consideração o contexto em que a criança está inserida, o método de ensino exigido pela escola, além dos aspectos motor, cognitivos e emocionais (GRASSI, 2009).

O psicopedagogo tem o olhar direcionado a todas e diferentes formas de aprendizagem, por isso o profissional precisa ficar atento as dificuldades que o aluno apresentar, por isso a parceria com o professor é fundamental para o bom desenvolvimento da criança. Além do professor, o psicopedagogo pode atuar, também, com profissionais como psicólogo fonoaudiólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, neurologista, pedagogo, e outros. Essas parcerias podem ser efetivas caso a criança precise (BOSSA, 2007).

Todavia, o psicopedagogo deve conhecer a deficiência do aluno e criar ações que possam ir, paulatinamente, sendo desenvolvidas em benefício da aprendizagem da criança. Quando o profissional estabelece o diagnóstico é que ele pode intervir de forma efetiva. Desse modo, Weiss (2004, p.27) revela que o diagnóstico é a principal ferramenta de consulta do psicopedagogo, já que “é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada”. Pode ser considerada uma forma de interpretar as queixas das crianças, da família e dos professores.

O diagnóstico, nesse caso, é uma forma de investigação que permite que a intervenção seja mais eficiente. Por isso, deve-se levar em consideração experiências obtidas pelo profissional, avaliações e técnicas, para ajudar as crianças, além de ter um olhar sensível para perceber o que não é dito por aqueles que estão envolvidos com o processo.

Para que o diagnóstico seja bem executado, isso “não reside no grande número de instrumentos utilizados, mas na competência e sensibilidade do terapeuta em explorar a multiplicidade de aspectos revelados em cada situação” (WEISS, 2000, p.30). Desse modo, os



psicopedagogos recebem constantemente crianças que apresentam sintomas que juntos dificultam a aprendizagem e causam o fracasso delas na escola.

É necessário que a relação entre todos os envolvidos seja de troca de informação para que o psicopedagogo chegue a um diagnóstico concreto, sendo que este pode mudar conforme a especificidade do caso, desse modo Weiss (2004) ressalta que

O diagnóstico psicopedagógico é composto de vários momentos que temporal e espacialmente tomam dimensões diferentes conforme a necessidade de cada caso. Assim, há momentos de anamnese só com os pais, de compreensão das relações familiares em sessão com toda a família presente, de avaliação da produção pedagógica e de vínculos com objetos de aprendizagem escolar, busca da construção e funcionamento das estruturas cognitivas (diagnóstico operatório), desempenho em testes de inteligência e visomotores, análise de aspectos emocionais por meio de testes expressivos, sessões de brincar e criar. Tudo isso pode ser estruturado numa sequência diagnóstica estabelecida a partir dos primeiros contatos com o caso (WEISS, 2004, p.35).

Para que o trabalho do psicopedagogo seja eficiente, ele deve ter uma visão ampla do problema, devendo realizar uma escuta ativa para um resultado significativo. Assim,

[...] podemos considerar o problema de aprendizagem como sintoma, no sentido de que o não-aprender não configura um quadro permanente, mas ingressa numa constelação peculiar de comportamentos, nos quais se destaca como sinal de descompensação. (PAÍN, 1989, p.16 *apud* ESCOTT, 2004, p. 28).

Entende-se, então, que o diagnóstico é parte fundamental e instrumento essencial para o trabalho do psicopedagogo, principalmente quando atua em ambientes escolares. Contudo, o profissional que atua para minimizar os problemas de aprendizagem podem contribuir de forma significativa para o sucesso escolar.

Além de procurar entender os sintomas, ele pode estabelecer um diagnóstico, mas não pode deixar de buscar novos conhecimentos, pois existem pesquisas sendo desenvolvidas no mundo inteiro, e novas perspectivas podem surgir, ampliando as possibilidades de trabalho.

A escola precisa desse profissional no solo educacional. Além de ser uma ferramenta de apoio, esse profissional pode contribuir diretamente com o trabalho dos professores, com o desenvolvimento dos alunos e com a realização dessas crianças nos diversos espaços que frequenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com a pesquisa foi possível identificar que a dislexia é um tema complexo, onde, para uns é um distúrbio, enquanto outros a compreendem como um transtorno. No entanto, a maior parte dos autores a compreende como uma dificuldade de codificar as letras no processo de leitura e escrita. Por isso, constata-se a dislexia não é uma doença.

É nos primeiros anos do ensino fundamental que as crianças apresentam dificuldades e essa etapa é marcada por muitos desafios. O encaminhamento a um psicopedagogo não significa que pais e professores não consigam ensinar as crianças, na realidade, esse encaminhamento é a melhor alternativa para se estabelecer um diagnóstico eficiente, e a partir daí trabalhar atividades que ajudem o aluno no processo de aquisição de leitura e escrita.

Para que os alunos tenham sucesso, é necessário que o diagnóstico seja feito de forma correta. Considera-se, pois, que o diagnóstico é uma das principais formas de elucidar o sofrimento dos alunos disléxicos, pois é através dele que os alunos e professores podem ver uma luz no fim do túnel. O aluno sente-se incapaz por não acompanhar o processo de ensino como os demais e os professores sentem-se enclausurados dentro de um sistema que não lhe oferece formação continuada, muito menos suporte preciso para trabalhar com todos os problemas que aparecem em sala de aula, já que cada aluno deve ser percebido e instruído a partir de suas necessidades individuais.

O trabalho desses profissionais, contribuem, sobremaneira, com o desenvolvimento da escola, com o trabalho do professor, com pesquisas que problematizem as dificuldades de aprendizagem e para uma infância saudável, diminuindo problemas e aumentando as possibilidades de aquisição de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ABD- **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA**. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em: 21. Mar. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes E Bases - LEI 9394/96** | LEI N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CONDEMARIN, M; BLOMQUIST, M. **Dislexia: manual de leitura cariva**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: Abordagem psicopedagógica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.



GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GAMBA, A. B; TRENTO, V. A. **O Projeto de trabalho como mediador de aprendizagem no espaço clínico**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de psicopedagogia, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3284_1745.pdf. Acesso em 09/08/2022.

HENNIG, K. A. **Comprender a dislexia um guia para os pais e professores**. Porto Editora, 2003.

HUSTON, A.M. Histórico. **Dislexia: você sabe a que é?** Disponível em: <http://dislexia.com.br>. Acesso em: 28 de dezembro 2015.

MIGUEL, José Carlos. **O processo de formação de conceitos em matemática: implicações pedagógicas**. UNESP GT: Educação Matemática / n.19, SP, 2009.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MARTINS, Vicente. (2001). **Como descobrir uma criança disléxica**. Disponível em <http://www.estudando.com/>. [Letras]. Acesso em 13 de julho de 2018.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

WOLFFENBUTTEL, Patrícia. **Psicopedagogia: teoria e prática em discussão**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.